

Fecha de recepción: 23/12/2015

Fecha de admisión: 30/12/2015

A SÉ DE ANGRA, CABEÇA DO BISPADO DOS AÇORES

Antonietta REIS LEITE¹

Centro de Estudos Sociais (C.E.S.), Universidade de Coimbra, Coimbra (Portugal)
Centro de História de Aquém e Além Mar (C.H.A.M.), Universidade Nova de Lisboa
e Universidade dos Açores (Portugal)
antonietaleite@hotmail.com

Sumário

A elevação de Angra a cabeça do recém-criado bispado das ilhas dos Açores em 1534, originou muitas transformações na ainda jovem urbe. A substituição da igreja matriz do Salvador pela nova Sé, construída a partir de 1570, é o aspeto mais evidente e materialmente mais relevante do processo, mas a obra da Sé e o processo de criação da diocese em si tiveram um alcance bem mais abrangente sobre a estrutura urbana e sobre o ordenamento do território, modificando-o e condicionando fortemente o seu desenvolvimento, numa sequência de eventos que impôs à vila a redefinição da sua imagem como capital eclesiástica.

Palavras chave: Angra (Açores), Sé, séc. XVI, D. João III, Gil de Arruda, Luís Gonçalves, Baltazar Alvares.

Abstract

In 1534 Angra was chosen to be the headquarters of the newly created Azorean dioceses, being the first settlement in the archipelago's to obtain the city title in the same year. At that point, Angra became the archipelago's «capital» and its image and materiality must transformed in order to expressed it. Through the study of the architectural plan and construction process of the new cathedral, this paper aims to discuss some facts about Angra's urban plan history and morphologic evolution, besides presenting new data and interpretation on the architects and other agents responsible for Angra's cathedral since 1534 until it was finished in early seventeen century.

Keywords: Angra (The Azores), Cathedral, sixteen century, King João III, Gil de Arruda, Luis Gonçalves, Baltazar Alvares.

A instituição de um bispado em Angra enquadra-se na estratégia global dinamizada por D. João III para a reorganização do império. O processo de instituição episcopal teve início com o pedido do rei português a Clemente VII para a criação

¹ Agradeço à Prof. Doutora Luísa Trindade a leitura do texto e as sugestões que lhe foram dirigidas.

Este trabalho enquadra-se no âmbito do projeto de pós-doutoramento financiado pela F.C.T.: *10 Vilas de Fundação nos Açores (séc. XVI). Urbanística e Ordenamento do Território na colonização do Atlântico* (SFRH/BPD/93497/2013).

de uma nova diocese, desmembrando do bispado do Funchal as nove ilhas do arquipélago dos Açores, permanecendo este como sufragâneo do primeiro, entretanto elevado a arquidiocese. Tal como Angra, também as outras dioceses ultramarinas criadas nessa mesma altura, a de Ribeira Grande, em Cabo Verde, a de São Tomé, na ilha do mesmo nome e a de Goa, na Índia, ficariam dependentes do Funchal². O Papa aceitou o pedido de D. João III e a 31 de Janeiro de 1533,

«(...) erigiu e instituiu a cidade ou vila em que existia a mesma igreja do Santo Salvador, em cidade que se chamaria do Santo Salvador, e erigiu a mesma igreja do Santo Salvador em igreja catedral, sob a invocação do Santo Salvador, para um bispo que se chamaria do Santo Salvador, Bispo que presidisse à mesma igreja do Santo Salvador, e nela, na cidade e na diocese dela velasse»³.

O papa Clemente VII faleceu antes do documento ser expedido, pelo que só a 3 de Novembro do ano seguinte seria promulgado pelo seu sucessor, Paulo III, seguindo contudo as premissas anteriores.

No documento pontifício, Paulo III relata que:

«(...) o nosso dito predecessor desmembrara e separara para sempre, das ilhas, terras e províncias, designadas à dita igreja funchalense para sua diocese, toda a referida ilha de São Miguel e as que lhe ficam próximas, chamadas Terceira, São Jorge, Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo, que anteriormente eram da diocese funchalense, com todas as aldeias, vilas, lugares e territórios (...) Concedeu e designou, para sempre, à mesma igreja do Santo Salvador o lugar ou povoado para cidade erecta».

Aparte a confusão entre as ilhas Terceira e São Miguel e a ausência da ilha de Santa Maria, por manifesto desconhecimento da geografia das ilhas, o documento frisa a elevação de Angra a cidade como um requisito obrigatório para a concretização do pedido, acrescentando que a Igreja de São Salvador, até então matriz da vila de Angra e agora ereta em primaz, tinha também ela de *tomar, em tudo e por tudo, a forma de catedral*.

O entendimento de que o povoado deveria ganhar a configuração de cidade, está também perceptível no plano de intenções apresentado no mesmo documento, quando Roma adianta que o rei português, como cabeça da Ordem de Cristo e no cumprimento do direito de padroado de que usufruía, estava

«(...) obrigado também a fazer, construir e erigir nas referidas cidade e diocese do Santo Salvador novas cousas: – igrejas paroquiais, vigararias, capelas, templos e lugares piedosos, onde e quantas vezes for oportuno, segundo a qualidade e necessidade dos tempos e dos lugares».

² Com a data de 31 de Janeiro de 1533, foram emitidas as Bulas de criação das dioceses de Cabo Verde e Goa. E a 3 de Novembro, data final do diploma angrense, a Bula de criação da diocese de São Tomé. Ainda no reinado de D. João III funda-se em 1551 no Brasil a diocese de São Salvador da Bahia, desmembrada da arquidiocese do Funchal, ficando sufragânea da de Lisboa.

³ Bula traduzida do latim em: MONTE ALVERNE, Agostinho de, *Crónicas da Provincia de S. João Evangelista das Ilhas dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1988, vol. III, p. 265.

É neste enquadramento que em agosto de 1534, D. João III emite em Évora a carta de elevação de Angra a cidade, onde, também neste âmbito, tinha dado início a um processo que progressivamente integrava a vila no Império ultramarino em formação, designadamente como escala da navegação de uma rede cada vez mais abrangente geograficamente. Assim devem ser entendidas as decisões de criação da Provedoria das Armadas, em 1527, da fixação do Corregedor na vila, da criação de um Provedor da Fazenda também aqui sediado a que se juntou a criação da diocese integrada na rede das dioceses ultramarinas⁴.

Do diploma de criação do bispado se depreende a ligação formal entre a criação da cidade e do bispado. Efetivamente, a fundação simultânea traduziu-se materialmente em diversos aspetos com destaque para a organização territorial do bispado e em particular da sua sede; a progressiva definição dos limites de paróquias e vigarias; construção ou renovação de templos; introdução de ordens religiosas; construção de estruturas conventuais e, acima de tudo, pela construção da nova catedral.

1. A VILA MEDIEVAL E A IGREJA DO SALVADOR

A vila de Angra estabeleceu-se na costa sul da ilha Terceira, tomando o nome da baía (angra) que aí se forma protegida pela península cedo apelidada de Monte Brasil. A existência de água corrente nas proximidades garantiu a força necessária ao funcionamento dos moinhos, que promoveram a fixação dos primeiros povoadores, bem como, o acesso permanente a água doce e potável. Este aspecto permitiu dotar Angra, desde muito cedo, de uma eficaz rede de distribuição de água, contribuindo em muito para a sua distinção entre os demais povoados do arquipélago e para o sucesso do lugar.

Contava Angra com apenas 60 anos quando foi elevada a cabeça de bispado e cidade e, embora se desconheça a existência de uma carta de foral que documente a sua fundação, é credível que a sua criação como vila coincida com a definição da Capitania de Angra, em 1474⁵, de que, como o nome indica, foi cabeça desde o primeiro momento.

Na continuidade de práticas medievais há muito estabelecidas e rotinadas no continente⁶, o desenho urbano de Angra estruturou-se em torno dos três elementos-base a qualquer fundação⁷: igreja, casario e defesa, equipamentos que se articulavam de

⁴ MENESES, Avelino de Freitas de, «Os Açores na era de D. João III: uma interpretação da 1.ª série do Arquivo dos Açores», *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos de homenagem a Artur Teodoro de Matos*, (coords. Avelino de Freitas de Meneses e João Paulo Oliveira e Costa), Lisboa e Ponta Delgada, Universidade dos Açores e C.H.A.M., 2007, vol. II, pp. 403-424.

⁵ *Carta de doação de Capitania a João Vaz Corte Real; de 12 de abril de 1474* publicada em: ARRUDA, Manuel Monteiro Velho, *Colecção dos documentos relativos ao descobrimento dos Açores*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 3.ª edição, 1989, pp. 163-165.

⁶ TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 117-160.

⁷ LEITE, Antonieta Reis, *Açores, Cidade e Território: quatro vilas estruturantes*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2015, pp. 47-161.

forma flexível sobre diferentes territórios, promovendo uma conjugação variável de planos urbanos, consoante as necessidades específicas de cada lugar. Em Angra, o castelo nasceu alcantilado no outeiro que pelo norte protege a urbe, dissociando-se do casario, servindo apenas como recurso último de abrigo à população em caso de ameaça de invasão da ilha. No quotidiano, a defesa estaria garantida pela costa recortada e naturalmente vedada pelo isolamento imposto aos ilhéus.

A igreja e a primeira mole de quarteirões ter-se-ão localizado na zona mais protegida da baía, à direita da ribeira, desde cedo nomeada Ribeira dos Moinhos, que descia do norte até ao mar, passando pelo castelo, acautelando assim a necessária distância de segurança em relação à ribeira e à costa (Fig. 1).

No que toca à igreja do Santo Salvador, que constitui verdadeiramente o foco deste texto, importa referir que a nova Sé, construída a partir de 1570 no mesmo local e aproveitando o extenso adro, aparentemente destruiu qualquer vestígio da fábrica original. Além do mais, não tendo até hoje sido realizados quaisquer trabalhos de arqueologia na área, a sua localização e exato posicionamento apenas se pode averiguar a partir das poucas fontes disponíveis, entrecruzando-as com a análise morfológica do plano urbano, onde afinal permaneceram algumas marcas do passado, ocultas pela evolução urbanística.

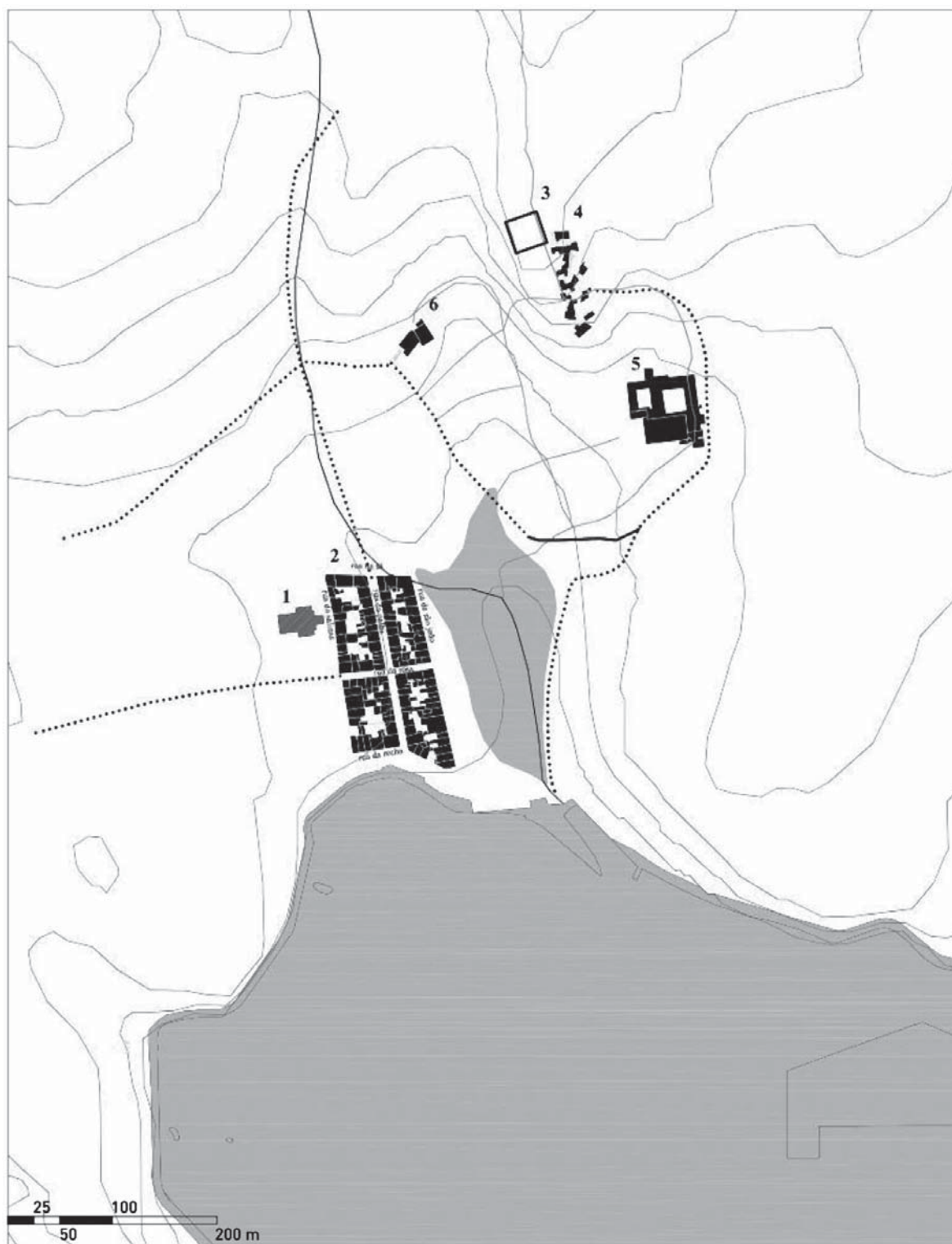
O mais antigo documento a fazer referência ao templo do Salvador data de 1486, tratando-se do alvará⁸ que dá provimento a Frei Luis Annes como seu vigário, o primeiro que a documentação conhece e muito provavelmente o primeiro que ocupou o cargo. Manuel Maldonado, autor Angrense do século XVII, que transcreve o documento citado, acrescenta-lhe lateralmente a seguinte nota, *ordenado com que foi criada a vigairaria de S. Salvador d Angra, que hoie he See*⁹, interpretando esta nomeação como o início do processo. Mas este documento é omissivo quanto à igreja em si, pelo que da fábrica de São Salvador em rigor nada se sabe, nomeadamente se nesse ano estaria já construída.

Cinco anos passados sobre a nomeação de Luis Eanes, a 16 de abril de 1501¹⁰, a câmara de Angra faz-lhe uma doação de chãos, registada num tombo particular com o título *doaçom que fez o conçelho da villa d'angra destes chãos ao vigário lujs eanes*. No que especificamente respeita à igreja, ao seu posicionamento e entorno, o documento é bastante clarificador, em particular quando articulado com os restantes documentos respeitantes a esta parcela também incertos na mesma compilação. Outros três registos localizam o dito lote doado, tomando como principal referência

⁸ «Copia do Aluará por onde forão criadas as Capellas das Missas dos Infantes», Manuel Luis MALDONADO, *Fenix Angrence...*, vol. I, p. 117.

⁹ MALDONADO, Padre Manuel Luis, *Fenix Angrense* (ed. Helder Fernando Parreira de Sousa Lima), Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989, vol. I, p. 117.

¹⁰ «doaçom que fez o conçelho da villa d'angra destes chãos ao vigário lujs eanes, documento n.º 23» in «O Tombo de Pero Anes do Canto (1482-1515) (Considerações introdutórias, transcrição e bibliografia de Rute Dias Gregório. Prefácio de Humberto Baquero Moreno)», *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. LX, 2002, pp. 89-91.



- | | |
|---------------------------|--------------------|
| 1. Igreja de São Salvador | 4. Moinhos |
| 2. Casario | 5. Franciscanos |
| 3. Castelo dos Moinhos | 6. Casa do Capitão |

FIG. 1. *Desenho interpretative do plano de Angra c. 1474.*



FIG. 2. *Desenho interpretative do enquadramento urbanístico da Igreja do Santo Salvador e ruas envolventes.*

precisamente a vizinha igreja de São Salvador, então acrescentada do adjetivo «nova», o que por si só é já bastante revelador.

O primeiro documento, datado de 6 de abril de 1501¹¹, explicita o posicionamento da seguinte forma, *doaçom deste dia pera todo ssempre de huns chãos (...) a rredor da igreja noua* acrescentando que *hos quaaes chãos ssom na Rua do adro da dita igreja do ssalvador*. O segundo, datado do ano seguinte, esclarece *tratarem-se de huns chãos (...) que estam junto da igreja nova do ssalvador* e que *os quaes chãos partem com três Ruas sprouicas* o que parece ser erro, dado tanto o documento original como os posteriores apenas indicarem duas ruas, *a que vem dos fenais pera a porta da igreja* (atual Rua do Barcelos) e *a do adro* (hoje Rua Carreira dos Cavalos) (Fig. 2).

Com data de 8 de Maio de 1508¹², surge o terceiro e último documento, de todos o mais assertivo, indicando logo no título do registo que estes *chãos e casas da villa d'angra (...) estom a porta da igreja principall*. Repete depois a mesma

¹¹ *Ibidem.*

¹² «chãos e casas da villa d'angra que estom a porta da igreja prinçipall que comprey a bastyam rrodriguez teçellão, documento n.º 19», *ibidem*, pp. 83-85.

fórmula utilizada pelos anteriores explicitando o posicionamento do lote como *casas e assento (...) junto da igreja principal*.

Os três documentos colocam o terreno frente à porta da igreja, deduzindo-se da localização do terreno doado que a matriz adoptava a orientação convencional, com a cabeceira virada a nascente e a entrada a poente. Isso mesmo é validado por outro documento, incerto no mesmo tombo, mas relativo a outro núcleo fundiário onde se referem:

«huas cassas palhaças (...) as quaes cassas estão em hua rrua sprouica que vay per detras da capella da igreja do sallvador desta villa as quaes cassas partem com o torneyro e com ho vigairo as quaes cassas forom de fernam d'eanes ponbeyro e partem da banda do leuante com joham fernandez allfayate»¹³.

Por aqui se comprova que a capela ou cabeceira se orientava a nascente, desde logo porque se afirma que por trás dela passa uma rua para a qual dão casas que têm a frente voltada a poente, situação apenas possível admitindo a igreja com este posicionamento.

Alguns autores¹⁴ tentaram ver a cabeceira da primitiva igreja no desenho realizado por Linschoten em finais do século XVI concretamente numa saliência no lado nascente da nova Sé, talvez até associada à cripta deixada a descoberto pelas obras pós terramoto de 1980. Parece-nos mais plausível, todavia, que tal saliência seja relativa à capela de Nossa Senhora do Rosário para a qual, já no decurso da obra da nova Sé¹⁵, o bispo D. Manuel de Gouveia concedia licença para que se levantasse altar e rezasse missa. Isto depois de a 1 de Maio do ano anterior, ter concedido autorização à confraria do Rosário para construir a capela *de maneira e grandura que pudessem nela haver sepulturas para defuntos irmãos, e enterrar pessoas*¹⁶ (Fig. 3).

Apesar de a construção da nova Sé vir substituir totalmente a igreja do Salvador ambas coexistiram durante um período de tempo que não se consegue determinar com exatidão, pelo menos até a nova construção, iniciada pela cabeceira, se prolongar até à velha matriz. Situação seguramente provocada pela delonga que caracterizou a obra da catedral, como veremos (Fig. 2).

O facto de ter sido elaborado um projeto monumental para a nova Sé, decidindo-se implantá-lo na mesma zona da igreja de São Salvador, obrigou a alterar a orientação uma vez que o espaço entre as antigas «rua do adro», depois Carreira dos Cavalos, e a *rua por trás da capela do Salvador*, hoje Rua do Salinas, era exíguo. Restava construir o novo edifício com a frontaria virada à atual Rua da Rosa, primitiva *rua*

¹³ «carta de venda de pero anes sancho e sua molher a joham afonso das cunhas, documento n.º 39», *ibidem*, p. 122.

¹⁴ *Vid.* LARANJEIRA, Mateus Eduardo da Rocha, *São Salvador de Angra uma Catedral Sébástica*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 83.

¹⁵ A 7 de Setembro de 1587. MERELIM, Pedro, *As 18 paróquias de Angra. Sumário histórico*, Angra do Heroísmo, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, 1974.

¹⁶ «Autto que se fez sobre a determinação e modo da Capella, Sanchrestia, e Sepulturas» in *ibidem*, p. 502.

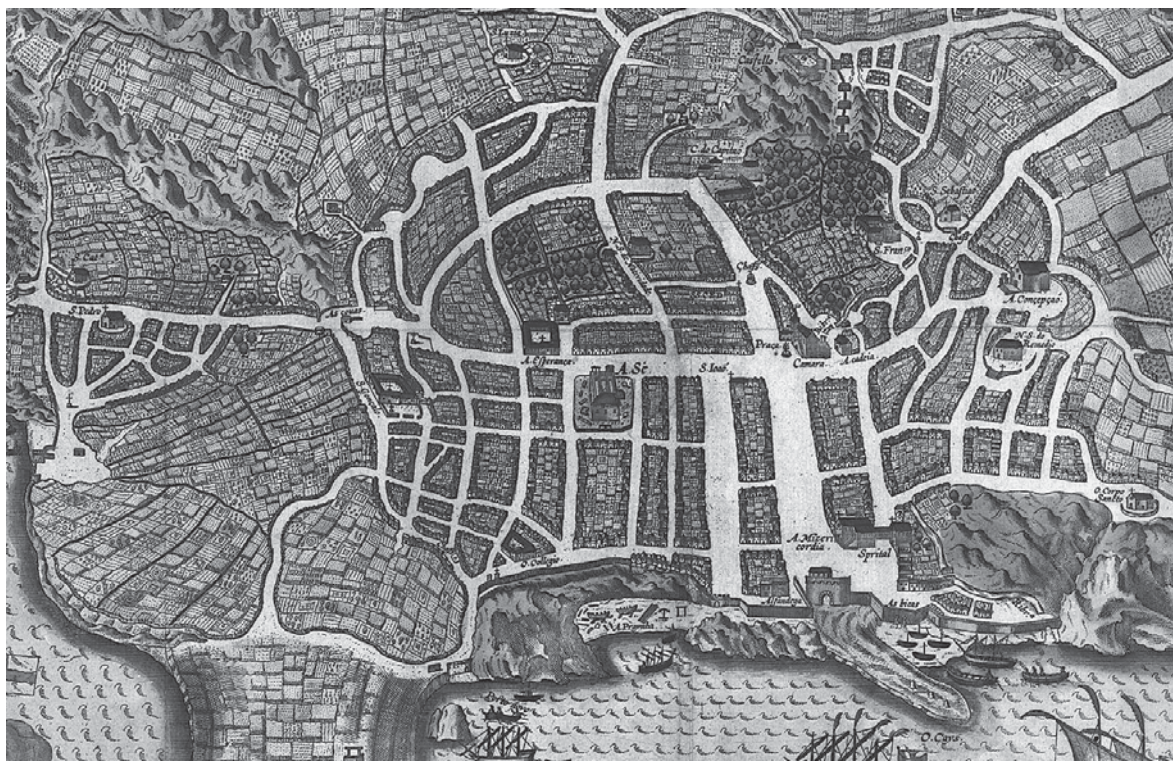


FIG. 3. *Excerto da parte urbana da vista de Angra levantada por Linschoten, 1595 [PT-TT-CRT-196].*

que vai pêra as dadas, já então um importante eixo urbano, ou, em alternativa, virá-la ao caminho da praça às covas, que tudo leva a crer que sendo estruturante a nível territorial não era ainda um eixo de cariz urbano.

Foi esta última a opção escolhida, pelo que se pode afirmar que o eixo da Rua da Sé, antigo caminho «da praça às covas», é afinal tardio enquanto elemento urbano, afirmando-se apenas numa nova fase da evolução do tecido, como consequência direta da elevação de Angra a cidade e sede episcopal, cronologicamente datada a partir de 1534. É esta uma primeira grande transformação urbanística provocada pela construção da nova Sé (Fig. 4).

Nas últimas décadas de Quinhentos, Gaspar Frutuoso, primeiro cronista das ilhas, refere a Sé *nova* e a abertura dos seus alicerces processo marcante porque pôs a nu a inconsistência do solo, resultante, segundo conta, de explosões vulcânicas não muito distantes temporalmente *de que dão sinal os aliceces que se abriram pera a Sé nova, onde, cavando duas braças debaixo do chão, se achavam esculpidos no tufo que tiravam os ramos e folhas do louro e de outras árvores*¹⁷. O mesmo cronista, ao referir os Paços do Bispo fronteiros à Sé, afirma que *está quase no meio da cidade sendo um, sumptuoso templo ainda não acabado*¹⁸. Ora é sabido

¹⁷ FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra* (dir. João Bernardo de Oliveira Rodrigues), Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998, Livro VI, p. 12.

¹⁸ *Ibidem*.



FIG. 4. Vista da Sé e envolvente, a partir do morro do castelo desaparecido, a norte.

que a casa do bispo se localiza desde 1544¹⁹ no troço sul da Rua Carreira dos Cavalos, antes documentada como *rua do adro*, fazendo esquina com a Rua da Rosa, aí denominada *rua que vai pera as dadas* e com a frente virada a nascente, pelo que não estão defronte da Sé nova mas sim atrás. Tal lapso dever-se-á certamente ao facto do paço estar efetivamente de frente para a rua da igreja de São Salvador que, como se disse, serviu de Sé até à sua demolição em época incerta. De resto, de acordo com documento de 1544 as casas doadas pelo Rei ao bispo de Angra estavam *junto da dita Sé apegadas com o adro dela*.

2. A NOVA SÉ DO SANTO SALVADOR

O período de transformação do plano urbano medieval num plano urbano moderno, caracterizado pelo abandono da velha matriz do Salvador e construção de uma nova catedral, fica bem perceptível no auto que regista a cerimónia de lançamento da primeira pedra da Sé nova, a 18 de Novembro de 1570²⁰. O relato da cerimónia,

¹⁹ «Carta de Doação das Cazas em que hoje rezidem os Bispos. Registada no livro segundo da feitoria de Angra a fl. 375», in MALDONADO, Manuel Luis, *Fenix Angrence...*, *op. cit.*, vol. I, p. 202.

²⁰ «dia da prjemira pedra e comeso da sse noua que ainda não he acabada a tanto tempo», in *Livro do Registo da Câmara de Angra (1557-1591)* (leitura paleográfica e introdução de Joana de Menezes Pinto Machado, prefácio de Avelino de Freitas Menezes), S.R.E.C.-Universidade dos Açores, s. l., s. d. (no prelo), pp. 138-139.

além de esclarecedor no que toca à existência simultânea dos dois edifícios episcopais, explicitando ambos os posicionamentos, enumera os principais intervenientes que localmente atuaram no processo, pelo que vale a pena transcrevê-lo quase na íntegra:

«(...) na se do sallvador da dita cjdade fforão Juntos ho cabjdo da dita se e padres da comceição e asj o desembargador ffernão de pyna mareqos que nestas jlhas amda por espicjall mamdado del Rej noso senhor anda prouendo nas cousas da Justica com allcada e João da sillva do camto prouedor da fazzenda do dito senhor armadas e fortefficações / nestas Jilhas / e asj hos juizes amdre fernandez de sea e bernalldo de tauora e os vereadores sebastião allvarjz artur d'azevedo e alluaro luis procurador da cjdade e muitas pesoas nobres da governamça da tera muita jemte do pouo asj omens como molheres pera se aver de ffazer o officyo da primeira pedra no hedefiçio de se nova que hora Sua Alteza mamda ffazer / os goais sayrão da dita se em piçysão cantando has oras costumadas pera o tall caso Jndo com a dita pisição aos haliçeres abertos donde com o camtar e officjo ordenado ffoy asemtdo a primeira pedra pello dyão baletazar goncaluez e lluis goncaluez mestre da dita obra [...] a qual pedra podia ter tres pallmos de gramdura per todas as escoadras com hua cruz de cristo escullpida na dita pedra / e ffeito o dito offyçio se Recolherão a dita se donde se selebrou mjsão de ffesta e pregação ffeyta por pero gomez da companhia de Jesu e esta lembrança esprivj aqui»²¹.

A este documento, que nos apresenta a elite de Angra reunida num momento solene e particularmente importante para a vida da comunidade, podem associar-se outros referentes ao processo construtivo, nomeadamente um pequeno conjunto de diplomas, incertos no *Primeiro Livro de Registo de Angra*²², há muito conhecidos²³ embora não totalmente aproveitados.

Autorizada a construção em 1568²⁴, a primeira pedra foi lançada dois anos depois, quando a diocese contava já com 36 anos²⁵. A dimensão da obra, aliada às condicionantes da história político social local, levou a que a construção se estendesse por um tempo longo. De resto, uma obra como esta terá exigido a montagem de uma logística complexa, ao nível da disponibilização de materiais construtivos, mas também pela reunião de mão-de-obra qualificada. Tudo, enquanto se procedia à consolidação do processo de colonização da ilha e arquipélago, de que afinal a organização da diocese e a construção da Sé são partes integrantes²⁶.

²¹ *Ibidem*.

²² *Ibidem*, p. 435.

²³ MALDONADO, Manuel Luís, *Fenix Angrence...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 222-223. DRUMMOND, Francisco Ferreira, *Anais da Ilha Terceira* (reimpressão fac-similada da edição de 1850), Angra do Heroísmo, S.R.E.C., 1981, vol. I, pp. 121-124. Veja-se LARANJEIRA, Mateus Eduardo da Rocha, *São Salvador de Angra...*, *op. cit.*

²⁴ Pela mão do cardeal infante, regente em nome do sobrinho neto, D. Sebastião. «proujsam del Rej Noso Senhor sobre o faziemnto da see», in *ibidem*, pp. 112-113.

²⁵ «dia da prjmeira pedra e comeso da see noua que ajnda não he acabada a temto tenpo», in *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, *op. cit.*, pp. 138-139.

²⁶ Para uma visão sobre este período nos Açores *vid.* MENESES, Avelino de Freitas de, *Os Açores e o domínio filipino: 1580-1590*, Angra do Heroísmo, 2 vols., Instituto Histórico da Ilha Terceira,

Neste âmbito mais vasto de «construção» do território, vieram para as ilhas técnicos especializados, para entenderem em questões de fortificação destacando-se logo em 1552 o engenheiro Isidro de Almeida²⁷ e, em 1567, os italianos Tommaso Bennedeto e Pompeu Arditi²⁸.

É provável que Luís Gonçalves que no diploma que descreve o lançamento da primeira pedra da catedral, em 1570, surge explicitamente como *mestre da dyta hobra da se e outras cousas*, tenha vindo para Angra na mesma altura que os dois referidos mestres italianos já que o alvará régio de nomeação data de 1567²⁹.

A historiografia que trata o assunto tem tido por base um equívoco³⁰, que não sendo determinante para a compreensão do processo global, também não permitiu apreciar a questão da obra da Sé na sua verdadeira dimensão e contexto. Tal equívoco decorre da leitura feita sobre a figura de Luís Gonçalves, e sobre as funções que lhe estavam atribuídas pela coroa, que afinal são bem mais abrangentes do que as de mestre das obras da Sé, não autorizando contudo a sua nomeação como autor do projeto.

Sousa Viterbo, no seu Dicionário, chega a Luís Gonçalves pelo alvará régio de nomeação do seu sucessor na obra da Sé³¹ datado de 27 de Janeiro de 1608, quando se lê:

«Luiz Mendes, morador na cidade de Angra da ilha Terceira [recebeu a] merce do officio de mestre das obras de pedraria e alvenaria da see da dita cidade e de todas as mais obras que eu mandar fazer na dita ilha, asy e da maneira que o tynha e seruia Luis Gonçalves Cotta, por cujo falecymto vagou o dito offycio, com o quoyal auera o mantymto a elle ordenado e os proes e percalços que lhe diretamente pertencerem asy e da maneira que os tynha e avia o dito Luis Gonçalves»³².

1987. Vid. BRAGA, Paulo Drumond, «Espanhóis, continentais e açorianos», *História dos Açores...*, vol. I, pp. 236-266.

²⁷ «Carta d'Elrei de 18 de Outubro de 1552. Defesa contra os corsários na Terceira, 18 de Outubro de 1552», in *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1980-1984, vol. XII, p. 417.

²⁸ Da viagem destes engenheiros às ilhas dão conta vários documentos e estudos. Vid.: «Viagem de Pompeu Arditti de Pesaro à Ilha da Madeira e aos Açores. Documentos para o Estudo das Relações Culturais entre Portugal e Itália» (leitura de Guido Battelli e Trindade Coelho), *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. VI, 1948, pp. 173-183; CARITA, Rui, «A Viagem de Pompeu Arditti aos Arquipélagos Atlânticos em 1567», *ibidem*, 1990, pp. 89-101; PELOSO, Silvano e RADULET, Carmen M., «Documentos e Textos sobre os Açores nas Bibliotecas e nos Arquivos Italianos: Uma Pesquisa Histórica e Bibliográfica», *ibidem*, 1987, vol. XLV (I), pp. 163-180.

²⁹ «Alluara do mestre das obras», in *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, *op. cit.*, pp. 102-103.

³⁰ Esta data foi erradamente transcrita por Drummond nos *Anais da Ilha Terceira*, como 1562. Erro sucessivamente repetido pela historiografia dedicada à questão.

³¹ SOUSA VITERBO, «Entrada 163-Cotta (Luiz Gonçalves)», *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos Engenheiros e Construtores Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, vol. I, p. 247.

³² «Alvará de nomeação de Luiz Mendes como mestre de obras de pedraria e alvenaria da see (...) e das mais obras», in SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos...*, *op. cit.*, vol. II, p. 166.

Mas Luís Gonçalves foi nomeado em primeiro lugar como engenheiro militar, numa época em que a ilha Terceira planeava a construção de uma complexa rede defensiva. Por inerência dessa função cabia-lhe assumir a direção de todas as obras reais, pelo que passou também a mestre das obras da catedral. Está-se perante um caso particularmente esclarecedor da forma como processualmente se desenrolam e gerem as obras reais além-mar, e da relevância da engenharia militar na montagem de todo o processo de construção do império, bem como das competências dos engenheiros militares enviados aos lugares, mais do que a projetar, a dirigir obras.

Vale por isso a pena juntar a este discurso alguns factos importantes para o entendimento global deste sistema e estratégia. Deve destacar-se especialmente a nomeação de Mateus Fernandes, por esses mesmos anos de 1567, provido como *mestre das obras de fortificação da ilha da Madeira*³³, e, tal como Luís Gonçalves para o caso açoriano, na sequência da passagem dos italianos Tommaso Benedito e Pompeu Arditi por aquele arquipélago.

O percurso de Mateus Fernandes³⁴ está já estudado³⁵ e não se conhece documentação tão aprofundada para sustentar um estudo equivalente sobre o mestre-de-obras reais na Terceira, contudo os diplomas até aqui enumerados são bastantes para que se proponha uma equivalência não só dos cargos, mas também das funções efetivamente desempenhadas por cada um nas respetivas ilhas.

Na entrada que faz para Luís Gonçalves, Sousa Viterbo, que admite não conhecer o documento da nomeação do mestre-de-obras, lembra contudo outro documento importante para a interpretação agora proposta. Trata-se da carta enviada pelo corregedor, Christovão Soares da Albergaria, ao vice-rei em Outubro de 1585, avisando que:

³³ «Treslado do Regimento que Sua Alteza enviou a Mateus Fernandes, fortificador e Mestre das Obras da Ilha da Madeira, o qual é de Pero Mã. Dias Gaspar (?) e passado por Álvaro Pires em Lisboa, a 14 de Março de 1567», in CARITA, Rui, *O regimento de fortificação de D. Sebastião (1572) e a carta da madeira de Bartolomeu João (1654)*, Funchal, Governo regional da Madeira, Secretaria Regional da Educação, 1984, pp. 41-42.

³⁴ CARITA, Rui, «A Planta do Funchal de Mateus Fernandes (c. 1570)», *Separata do Boletim da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1983, vol. CXLVII, série de separatas, pp. 9-57. E com maior desenvolvimento CARITA, Rui, *O regimento de fortificação...*, op. cit., pp. 45-73.

³⁵ SERRÃO, Vítor, *História da Arte em Portugal. O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, vol. III, pp. 192-194. Este autor regista Mateus Fernandes no mesmo capítulo que dedica a Miguel Arruda e António Rodrigues, capítulo intitulado *Miguel Arruda, António Rodrigues e Mateus Fernandes (III): da Engenharia Militar às Novas Pesquisas Espaciais* (pp. 187-194). Neto e provavelmente filho de arquitetos, respetivamente Mateus Fernandes I e II, Vítor Serrão anuncia-o como «arquitecto e engenheiro militar tal como Miguel Arruda», especifica as obras que desenvolveu na Madeira a partir de 1567 e encontra-o a trabalhar no continente em 1595, concretamente em São Vicente de Abrantes, nesse mesmo ano documenta-o também em Abrantes a trabalhar como «arquitecto e mestre das obras de El-Rei» na traça na nova casa de vereação. Já entrado o século seguinte trabalha na Igreja da Misericórdia de Torres Novas, obra onde segundo o historiador «se sente a frieza e o rigorismo de concepção militarista».

«(...) pareceo bem deter por alguns dias nesta terra a Luis Gonçalves, mestre das obras da ylha Terceira, que vae ao Reino sobre seus negocios, para que, por sua ordem e traça, se faça hua plata-forma na fortaleza diante da cortina de São Bras (...) e com ele se entenderá em o que mais for necessario, por que não há na terra engenheiro ou pessoa que o entenda»³⁶.

Retomando a condução do fio cronológico existente, observa-se ainda que antes mesmo do lançamento da primeira pedra (1570) e após a nomeação de Luís Gonçalves, foram emanadas duas ordens régias de provimento das obras, ambas datadas de 10 de Janeiro de 1568: uma determinando 3.000 cruzados anuais³⁷ para o *fazimento da Sé enquanto a obra dura*³⁸, outra um alvará sobre as *Justicas darem pesoas que syruão na obra da see*³⁹. A primeira garantindo o financiamento da construção, a segunda assegurando mão-de-obra.

O tema do financiamento da obra é, aliás, mais um detalhe relevante para o entendimento global da estratégia real naquilo que respeita às estruturas construtivas da sua responsabilidade. Por isso, vale a pena recuar um pouco e recuperar o conteúdo possível desta questão particular.

Em rigor quase todos os documentos que foi possível recolher referentes à Sé de Angra, têm invariavelmente como preocupação central a questão do financiamento. É que o tema da gestão dos custos e despesas da «obra pública» nas ilhas era ainda uma questão não totalmente resolvida, sendo a busca de uma solução uma das justificações plausíveis para o atraso da obra da catedral. A esta juntam-se outros contributos evidentes e mais imediatos, como o distanciamento da terra à corte ou o facto de progressivamente Angra e os Açores, verem a importância dos seus problemas relativizada face a tantos outros de um Império que era cada vez maior⁴⁰.

Recuando a 1536, num dos poucos diplomas conhecidos referentes à Sé do reinado de D. João III, o primeiro bispo de Angra, D. Agostinho Ribeiro, escreve ao rei nos seguintes termos:

«Senhor— eu tenho falado com hos da Camara desta cidade dangra e assy com ho corregedor sobre o fazer desta see // todos dizem que he bem que se faça, mas ategora nunca pude acabar co elles, que se tomasse conclusam nem cuido que a ha tomaram, se V. a. Lho nam mandar (...) beyjarei as mãos de V. a. Querer

³⁶ «Carta de Christovão Soares de Albergaria ao Archiduque Alberto», in SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...*, op. cit., vol. I, p. 247.

³⁷ Esta fórmula já estava previamente definida na «proujsam del Rej Noso Senhor sobre o faziemnto da see», in *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, op. cit., pp. 112-113.

³⁸ «proujsão sobre o dinheiro que ell Rej noso senhor mamda dar pera a See», in *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, op. cit., pp. 125-126.

³⁹ «sobre as Justicas darem pesoas que syruão na obra da see semdo-lhe pididas pelo Recebedor», in *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, op. cit., pp. 124-125.

⁴⁰ Limitando a visão ao espaço atlântico note-se, como exemplo, que precisamente pelos anos da criação do bispado açoriano se redefinia a estratégia para o Brasil com a instituição das capitánias-donatárias em 1535. Para uma visão mais completa geográfica e cronologicamente *vid.* BETTENCOURT, Francisco, «Political configurations and local powers», in *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800* (ed. by Francisco Bettencourt e Diogo Ramada Curto), Cambridge University Press, 2007.

entender nisso e mandar que se faça e lancem taxa porque doutra maneira nunca se fara»⁴¹.

Desconhece-se a resposta a esta carta, mas conhece-se um traslado de um alvará régio datado de setembro de 1550, sobre o código que o *Provedor dos Resíduos e Capelas e Hospitais* nomeado para Angra devia cumprir, esclarecendo precisamente que o *regimento* devia ser cumprido na íntegra, excepto no que *toquar as terças das Rendas dos Comcelhos e obras (...) porquoamto na djta jlha não ha as djtas terças*⁴².

Um privilégio talvez decorrente ainda dos primeiros diplomas conhecidos da história açoriana que, isentando os moradores do pagamento de impostos, perspetivava atrair novos colonos. Certo é que o tema do financiamento se resolveu apenas no reinado de D. Sebastião, seguramente impulsionado pela necessidade premente de construir fortificações, numa época em que a cobiça pelo domínio português do atlântico colocava as ilhas em permanente perigo de invasões e ataques corsários.

Já num diploma datado de 1557, ressalta precisamente a súplica da Câmara para que o rei atenda a que a cidade é pobre e não tem condições de, por si só, efetuar a obra da Sé, lembrando simultaneamente à coroa que é dela a responsabilidade pela construção do templo:

«Pedjmos a vosa allteza que mande [fazer?] nesta cidade see porque a Igr[eia que] serue de see he mujto pequena [e não se com]fforma com a gramdeza e no[breza da cidade?](...) mas çertificamos a vosa allteza que esta [terra é] pobre e as novidades acodem tão mal e as teRas sam fraquas (...) E tambem parece que vosa allteza em allgua maneira esta a iso hobriguado por Respeito dos dizimos que lleva que são da IgreJa»⁴³.

O caso particular da obra da catedral seria até formalmente simples de resolver dado que, por inerência, ao rei cabia custear a fábrica da Sé, como desde início alegara o Papa, na bula de criação do bispado. Contudo, na prática, o controle e fiscalização deste tipo de processo, à distância, não seria fácil de manter, pelo que se observa que um quadro alargado de funcionários começa a construir-se. São os provedores da Fazenda, que habitualmente acumulam a provedoria das obras, ou fortificação, como também aparece documentado. Tal é precisamente o caso de João da Silva Canto designado Provedor da Armada, da Fazenda e desde pelo menos Março de 1567 também *emcargado de prouedor das dytas obras*⁴⁴, e tal

⁴¹ *Arquivo dos Açores*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 15 volumes (reprodução fac-similada da edição original), 1980-1984, vol. II, p. 68.

⁴² «Trellado de hum aluara dell Rej noso senhor que esta no fym do Regimento de manuel meres», in *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, op. cit., p. 61.

⁴³ «Traslado dos apontamentos apresentados pela câmara de Angra ao rei em 1557», in *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, op. cit., pp. 3-7.

⁴⁴ «trellado do regimento das tersas que se am-de ffazer pera se ffortificar esta sydade», in *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, op. cit., pp. 78-83.

como a nomeação de Luis Gonçalves enquadrada no contexto construtivo da época, de raiz militar.

É também de referir, por exemplar, o *Alvará sobre as capellas das igrejas Parochiais que de nouo se fizerem no Bispado*⁴⁵, datado de 1568, pela mão de D. Sebastião e enviado a João da Sylva do Canto que ocupa o cargo de *Provedor de minha Fazenda e Armadas na cidade d Angra da Ilha Terseira e mais Ilhas de Baixo*. Neste documento o rei diz:

«hey por bem, e me praz por cumprir assim ao serviço de nosso senhor, e ueneração do Culto Diuino, que as capellas das igrejas que forem de minha obrigação nas ditas Ilhas que estiverem derribadas, ou por uizitação do prelado estiver assentado que se consertem, ou fação de novo onde os corpos das igrejas já estiverem feitos, se fação e consertem (...) à custa de minha fazenda».

De acordo com os dados documentais disponíveis, observa-se que a fase proces-sual e de projeto se divide em dois períodos, o primeiro enquadrado pelo reinado de D. João III conforma-se pela ereção de Angra em sede episcopal e a da Igreja de São Salvador em Sé, o segundo inscrito no período da regência (de D. Catarina entre 1557 e 1562, e do Cardeal Infante até 1568), tem por marca a decisão de fazer avançar o projeto, elaborado no reinado anterior mas que efetivamente só se constrói com D. Sebastião. Será por tudo isto abusivo declarar que esta é uma catedral sebástica. Veja-se como o processo em 1570, aquando do lançamento da primeira pedra, conhecia já a intervenção de quatro governantes, D. João III, D. Catarina de Áustria, o Cardeal Infante D. Henrique e D. Sebastião, sendo que rapidamente se viu perturbado pelas circunstâncias da crise dinástica, com particulares especificidades na Terceira, conquistada apenas em 1582⁴⁶.

Dificuldade idêntica verifica-se na tentativa de encontrar um único autor para uma obra transversal a tempos, reinados e governos episcopais vários⁴⁷. Além dos arquitetos reais nomeados para atuar na ilha, a documentação consultada disponibilizou novos nomes que vale a pena apresentar.

Há, para isso, que voltar ao documento datado de 1557⁴⁸ que, além de especificar como se custeou a obra, é o primeiro documento referente à materialidade da nova Sé. Apesar disso, até hoje não foi abordado na sua totalidade sob o ponto de vista da história da arquitetura e urbanismo, mas tão só usado numa versão parcialmente publicada.

⁴⁵ «Copia do alvará sobre as capellas das igrejas Parochiais que de nouo se fizerem no Bispado», in MALDONADO, Manuel Luis, *Fenix Angrence...*, op. cit., vol. I, pp. 217-218.

⁴⁶ Circunstâncias que, de resto, terão levado á suspensão da obra entre 1580 e 1585.

⁴⁷ A obra da Sé conheceu a o governo de dez prelados, consulte-se MALDONADO, Manuel, «Memória do dinheiro que se despendeo nas obras da See d Angra do anno de 1568 que se comessou the o ano de 1618», *Fenix Angrence...*, op. cit., vol. III, pp. 441-443. Por aqui se vê que em 1618 apenas faltava o douramento do entalhamento do altar-mor, caixotões para a sacristia, estando terminada toda a obra de pedraria.

⁴⁸ «Traslado dos apontamentos apresentados pela câmara de Angra ao rei em 1557», in *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, op. cit., pp. 3-7.

Trata-se do traslado dos apontamentos apresentados pela câmara de Angra ao monarca, levados no ano de 1557 ao reino por um procurador, expondo os problemas do concelho. No que respeita à Sé as preocupações municipais prendem-se com o atraso do processo que se havia iniciado algum tempo antes, em data ainda por determinar. Por aí se sabe que antes de 1557 e a pedido do rei, de Angra saíra já uma traça para a nova igreja, provavelmente um levantamento topográfico do local e condicionantes prévias, nomeadamente a primitiva igreja do Salvador que servia de Sé, e as extremas e limites a considerar. Traça essa, diz-nos o mesmo documento, que o rei *vjo e a mamdou dar a gill d'aRuda pera ver e dizer niso seu perecer*⁴⁹.

Gil de Arruda, afastada a hipótese de se tratar de uma abreviatura de Miguel de Arruda, é o mais que provável autor da nova traça da Sé entretanto enviada de volta a Angra. O nome não vem acrescentado de qualquer qualificativo, pelo que, se desconhece a sua posição na hierarquia do funcionalismo especializado da época.

É, apesar de tudo, importante referir que pelo menos o apelido, Arruda, induz a sugestão de se estar perante um membro, ainda desconhecido (?), do clã de mestres construtores portugueses com forte implantação na arquitetura portuguesa de Quinhentos⁵⁰. Por entre todos destaca-se Miguel de Arruda, nomeado *Mestre de obras dos muros e das fortificações do Reino, Lugares d'Além e Índia*, desde 1548⁵¹, cargo criado por D. João III e logo por ele ocupado. Refira-se que é precisamente na década de cinquenta que Miguel de Arruda se encontra a trabalhar no projeto da Sé de Miranda, cuja primeira pedra foi lançada no ano de 1556, bem como o facto de a historiografia⁵² comumente aceitar a sua intervenção, direta ou não, nas Sés de Leiria, Portalegre e Goa.

Regressemos a Angra. Quando D. Sebastião assume o governo do reino, dá-se finalmente início à campanha de obras. Uma nova fase, também ela demorada, e a que faltarão muitos dados, porventura essenciais para a compreensão de partes do percurso da obra e até de partes do edifício. Certo é que iniciadas as obras, novas adendas ao projeto inicial foram introduzidas. As alterações ao projeto ficam comprovadas pelo menos em quatro documentos, dois ainda dos anos setenta da era de Quinhentos, e outros dois da primeira década de Seiscentos. Mesmo que em número reduzido, pela especificidade do seu conteúdo, estes diplomas permitem admitir a existência de outras modificações, para já desconhecidas, ao projeto inicialmente delineado, pelo que, nesse sentido, se pode dizer que o figurino inicial foi sendo acrescentado por outros técnicos, de acordo com as necessidades dos diversos tempos e a vontade dos protagonistas.

⁴⁹ «Carta pera amtonio pinnheiro», in *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, *op. cit.*, pp. 8-9.

⁵⁰ SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos Engenheiros e Construtores Portugueses...*, *op. cit.*, vol. I, pp. 46-75 e 513-517.

⁵¹ SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos...*, *op. cit.*, vol. I, p. 72.

⁵² Este é o panorama apresentado por Vítor SERRÃO em *História da Arte em Portugal. O Renascimento...*, *op. cit.*, vol. III, p. 189.

Note-se, como os documentos que se passa a analisar, se sujeitaram todos à chancela superior da provedoria das obras reais ou do próprio rei, sendo que a Sé, como obra régia, sempre se submeteu à vontade do poder central⁵³.

O primeiro diploma do conjunto anunciado está datado de 6 de Outubro de 1572 e vai assinado pelo rei, respeita à introdução no projeto de dois arcos para abertura de capelas e de duas portas laterais. Diz o monarca:

«(...) me praz que os arcos que vão tracados na traça da se que mamdej ffazer na cydade d'amgra da jlha terceira que se ffação de pedrarja a custa de mjnha ffa-zemda do dinheiro que he aplcado pera as hobras da dita se os goais arcos se ffarão comfforme e como vão traçados de Risqos vermelhos na mesma traça e os corpos das capellas que se am-de ffazer nos ditos arcos se ffarão a custa das pessoas a que se derem e asy ey por bem que se ffação na dita se duas portas travesas no corpo da igreja em hos lugares que pera iso vão asynados na trasa a qual he asynada por jom carvalho ffjdalguo de mjnha casa e prouedor das mjnhas obras (...)»⁵⁴.

Este desenho redefinidor da traça da igreja angrense, tem por curiosidade estar assinado pelo provedor das obras e não por um arquiteto ou outro técnico.

Com data de 8 de Junho de 1573, surge um segundo documento referente a alterações à traça original, novamente pela introdução de arcos. Trata-se de uma *prouizão pera se acrescentar na se mais dois arcos*, desta feita a pedido de Angra. Segundo relata o documento:

«(...) avendo Respeito e emfformasão que ouue da necesjdade de que hauja de se acrescentar a se que tenho mamadado ffazer na cjdade d'amgra da jlha terceira allem da traça em que primeiro estava ordenado que se ffizese o corpo della ej por bem e me praz que se lhe acrescentem dous arqos em cada nave comfforme aos mais arcos que na dita traça tem ordenados pelo que mamdo aos officjciais que entendem na obra da dita se d'amgra e ao mestre della que lhe ffação acrescentar e lhe acrescentem dous arcos em cada nave como dito he (...)»⁵⁵.

À parte da redefinição morfológica imposta ao edifício, estas ordens vêm alterar o conceito tipológico inicial, que não previa capelas laterais, bem como a funcionalidade geral do espaço, nomeadamente no que respeita à inserção urbana do edifício que se vê acrescentado de duas portas laterais comunicantes com a cidade. Ligação intermediada, é certo, pelo adro, contudo alinhada, na porta do lado poente, com a Rua do Barcelos, enquadrando-se portanto num traçado urbano que lhe era prévio, precisamente a eixo com a porta da antiga matriz.

⁵³ O que não impede a tese de reinterpretação regionalista e local da linguagem renascentista e maneirista, imposta pela distancia à metrópole e pela necessidade de encontrar soluções localmente. Veja-se DIAS, Pedro, *História da Arte Portuguesa no Mundo. O espaço Atlântico*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1999, pp. 252-253.

⁵⁴ «poujsão de Sua Alteza sobre os portais e arcos da se per as capelas dos deuotos», in *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, op. cit., pp. 159-160.

⁵⁵ «pouizão pera se acrescentar na se mais dois arcos», in *Livro do Registo da Câmara de Angra...*, op. cit., p. 178.

Os dois documentos de 1609 referem-se à mesma questão: a possibilidade de introdução de uma *claustra* na Sé. O primeiro intitula-se *Consulta sobre o claustro da Sé d'Angra*⁵⁶, e consiste no auto da consulta à Mesa da Consciência enviado por esta ao rei, elaborado a partir de um pedido do bispo de Angra:

«(...) dizendo que a obra da See daquela cidade estava já em bons termos, porem que ficará imperfeita, se não tiver uma claustra derredor, como tem as mais Sees do Reino, por ser muito necessaria, o que se não faz por ser fora da traça e modelo».

A isto respondeu a dita mesa da seguinte forma:

«(...) foi servido mandar-lhe responder que pera se poder resolver no que se deve fazer àcerca da dita obra lhe era necessário ver trasumpto da traça que está feita para esta obra com o sitio e tençam que o bispo tem donde se haja de fazer a claustra com o orçamento do que poderá fazer de custo (...)».

Mais se acrescentou que o (...) *dito orçamento se fizesse pelos oficiais de V. Magestade havendo-os na dita ilha e que em falta se faria por outros ajuramentados (...) e que tudo se enviasse de volta.*

Segue o documento relatando que:

«(...) o Bispo satisfez com os papeis [os] (...) quaes foram mostrados a Balthazar Alvarez, architecto de V. Magestade para os ver e fazer outra traça, com as mais declarações que lhe parecessem necessarias, ao que satisfez com a traça e relação della, ao que todo, uma e outra enviamos a V. Magestade para poder mandar o que houver por serviço».

A referida Mesa da Consciência, recebeu como resposta um novo pedido:

«(...) antes de me resolver, [quero] encommendar-vos (como o faço) que ordeneis se declare se esta fabrica é perpetua e que dinheiro há de presente caído, e se estão de todo acabadas as obras daquela See, ou que falta, enviando-se uma particular relação de tudo isto»⁵⁷.

Pedido enviado em carta de 25 de agosto de 1609, assinada pel' *O Marquez*⁵⁸.

Do mesmo modo, permanecem desconhecidos os papeis que junto com o primeiro pedido foram expedidos de Angra, tão pouco se conhecem os desenhos que Baltazar Alvares elaborou para o claustro da catedral angrense. Contudo sabe-se que uma *claustra* foi construída na parte tardoz da igreja, pelo que é crível que esse elemento, entretanto desaparecido⁵⁹, seja da autoria do arquiteto das obras reais, como afirmam os documentos citados.

⁵⁶ «Consulta sobre o claustro da Sé de Angra; de 3 d'agosto de 1609», in *Arquivo dos Açores...*, op. cit., vol. IX, pp. 232-233.

⁵⁷ «Resposta», in *ibidem*, vol. IX, p. 233.

⁵⁸ Não se conhece a sequência direta deste último pedido, mas note-se como o *Marquez*, Cristovão de Moura Corte Real, vice-rei de Filipe II, era também o capitão de Angra.

⁵⁹ Depreende-se ainda dos dados disponíveis que esta estrutura terá sido profundamente alterada no século XVIII, quando se construiu o volume ocupado pela sacristia grande, no piso térreo, e pelo



FIG. 5. Foto do interior da Sé, com serliana que enquadra o altar-mor e o deambolatório.

É insuficiente a informação para com rigor se fazer uma análise rigorosa à forma arquitetónica e à ação de todos os agentes envolvidos na construção da catedral⁶⁰. Fica por esclarecer com mais profundidade a individualidade arquitetónica da Sé

tribunal eclesiástico, no superior. Bem como no século XIX, quando o espaço serviu de cemitério, para finalmente ser destruído nos anos cinquenta do século XX, dando lugar à forma atual do lugar. Em termos de organização funcional da planta aproximar-se-ia da planta da Sé de Leiria, contudo a julgar pelo espaço disponível, seria um claustro de dimensões bastante menores.

⁶⁰ Por exemplo, é de referir que desde 1578 o bispo nomeado para governar a diocese, D. Pedro de Castilho, era filho de Diogo de Castilho (e sobrinho de João de Castilho). *Vid.* MALDONADO, Manuel, *Fenix Angrence...*, *op. cit.*, vol. III, pp. 105-106. O seu interesse pela arquitetura fica demonstrado pela sua ação em Leiria «Em 14 de abril de 1603, iniciou ainda o bispo D. Pedro de Castilho o arranjo do “taboleiro da sé, todo em roda, com suas escadas; e para isso comprou casas, e quintaes, que n’aquelle sitio havia”. Estes trabalhos demoraram dezoito meses a concluir. O laborioso prelado encomendou, igualmente, a pia baptismal, monolítica, e duas de água benta, e adquiriu alfaias de prata e paramentos». JORGE, Virgolino Ferreira, «A arquitectura da Sé de Leiria. Perspectiva semântica, histórica e artística», *Colóquio sobre a história de Leiria e da sua região*, Leiria, 1988, p. 48. Sabe-se que a estadia de Pedro Castilho e do irmão Jorge de Castilho que o acompanhou, em Angra foi curta e conturbada, forte apoiantes da opção filipina, o choque com a elite angrense dedicada à causa de D. António Prior do Crato, aclamado rei na Terceira, e em particular com o corregedor, obrigou a que, em 1580, D. Pedro se retirasse para São Miguel, onde a sua ação foi determinante para o apoio da ilha à causa espanhola.

de Angra no meio insular e as características formais únicas⁶¹, em particular a solução do deambulatório exclusivo no universo arquitetónico da época em Portugal⁶² (Fig. 5).

Os dados agora compilados vêm ajudar a preencher os muitos espaços da história do edifício que são ainda desconhecidos. Designadamente os dados concretos quanto à cronologia do projeto e obra, que aliás permitem incluí-la no conjunto de Sés Joaninas, à identificação de muitos dos intervenientes no processo e das funções que ocupavam no contexto do projeto e da obra, com destaque para a identificação do nome Gil de Arruda, para a caracterização das funções de Luís Gonçalves e para o enquadramento da ação de Baltazar Alvares como autor da claustra seiscentista. Dados que ajudam a compreender o projeto, a obra e o seu tempo.

⁶¹ Tema que tem atraído diversos autores, contudo, condicionados que estavam pela escassez de documentos optaram por uma abordagem metodológica essencialmente de base comparativa, apresentando-se como teorias críveis, mas na realidade sem sustentação factual. Veja-se: CORREIA, José Eduardo Horta, «A Arquitectura – Maneirismo e “Estilo Chão”», in Vitor Serrão (coord.), *História da Arte em Portugal. O Maneirismo*, Lisboa, Alfa, 1993, vol. 7, pp. 110-111; Rafael MOREIRA, «Um tratado português de arquitectura do século XVI (1576-1579)», *Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português 1415-1822* (coords. Helder Carita e Renata Araújo), Lisboa, Comissão Nacional para Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 397; SERRÃO, Vítor, *História da Arte em Portugal – O Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, vol. III, p. 196.

⁶² Como principal pista para investigações futuras fica a constatação de que embora inédito no âmbito português, o uso do deambulatório foi recuperado em Espanha nos séculos XVI e XVII. Vid. BÉRCHÉZ, Joaquim e MARÍAS, Fernando, «La recuperación del deambulatório en la España de los siglos XVI y XVII», *L'architecture religieuse européenne au temps des Réformes: héritage de la Renaissance et nouvelles problématique. Actes des deuxième Rencontres d'architecture européennes Château de maisons-sur-Seine 8-11 juin 2005* (études réunies par Monique Chatenet et Claude Mignot), Paris, Picard. de architecture, 2009, n.º 12, pp. 241-260.